



BARATIERI
ADVOGADOS

OITAVA EDIÇÃO - 2022

INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA

POLICIAL CIVIL

O Informativo de Jurisprudência produzido pela Baratieri Advogados, de periodicidade mensal, constitui-se em veículo de divulgação de decisões relevantes envolvendo os policiais civis.

Acompanhe as principais jurisprudências do TJSC, TJPR, TJRS, STJ e STF a respeito do tema.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA (TJSC)

JUSTIÇA NÃO PODE BLOQUEAR VENCIMENTOS DO POLICIAL CIVIL

APELAÇÃO CIVEL. EMBARGOS DE TERCEIRO EM AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA DE VALORES EM CONTA CORRENTE CONJUNTA COM O EXECUTADO. VALORES ORIUNDOS DE APOSENTADORIA E INVESTIMENTOS DE SALÁRIO PERCEBIDO COMO POLICIAL CIVIL. NATUREZA ALIMENTAR. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. CONDENAÇÃO DO EMBARGADO AO PAGAMENTO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. INSURGÊNCIA DO EXEQUENTE EMBARGADO. PRELIMINAR DE MATÉRIA PRECLUSA. TESE INSUBSISTENTE. CONTA BANCÁRIA CONJUNTA QUE NÃO IMPLICA EM SOLIDARIEDADE PASSIVA DOS COTITULARES QUANTO A TERCEIROS. EMBARGANTES QUE LOGRAM ÊXITO EM COMPROVAR OS VALORES QUE INTEGRAM O PATRIMÔNIO DE CADA UM. CONFIGURADA A PRETENSÃO RESISTIDA NOS EMBARGOS DE TERCEIRO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA SUCUMBÊNCIA (ART. 85 CPC). SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (TJSC, Apelação n. 5000326-72.2020.8.24.0051, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Andrea Cristina Rodrigues Studer, Primeira Câmara de Direito Comercial, j. 25-08-2022)

Leia mais

EXCLUSÃO DE CANDIDATO EM CONCURSO PÚBLICO DA POLÍCIA CIVIL DEVE SER BASEADA EM CRITÉRIOS OBJETIVOS

ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. DELEGADO DE POLÍCIA. CANDIDATO REPROVADO NA PEÇA PROFISSIONAL. AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS OBJETIVOS NA CORREÇÃO. ILEGALIDADE. POSSIBILIDADE DE INTERFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO. INVIABILIDADE, TODAVIA, DE SE ATRIBUIR NOVA NOTA. RECURSO PROVIDO PARA RECONHECER A ILEGALIDADE DOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO E DETERMINAR A REAVALIAÇÃO DO CANDIDATO, CONFORME AS REGRAS DO EDITAL. (TJSC, Apelação n. 0036159-39.2014.8.24.0023, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, Primeira Câmara de Direito Público, j. 30-08-2022)

[Leia mais](#)



FORO PRIVILEGIADO NO CURSO DE MANDATO ELETIVO NÃO RESTRINGE ATUAÇÃO INVESTIGATÓRIA DA POLÍCIA CIVIL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE RESPONSABILIDADE PRATICADO POR PREFEITO MUNICIPAL. [...] NULIDADE DA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR LEVADA A EFEITO POR DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL. IMPERTINÊNCIA. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO QUE NÃO AFASTA A ATRIBUIÇÃO DA AUTORIDADE POLICIAL. PRECEDENTES. ADEMAIS, DENÚNCIA OFERTADA PELO REPRESENTANTE MINISTERIAL APÓS O TÉRMINO DO RESPECTIVO MANDATO ELETIVO. AUSÊNCIA DE MÁCULA A SER SANADA. [...]. ACLARATÓRIOS CONHECIDOS E REJEITADOS. (TJSC, Apelação Criminal n. 0006024-46.2015.8.24.0011, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Luiz Cesar Schweitzer, Quinta Câmara Criminal, j. 28-07-2022)

[Leia mais](#)



ENVOLVIMENTO COM INDIVÍDUOS FORAGIDOS DE CADEIA PÚBLICA É FUNDAMENTO SUFICIENTE AO ATO ADMINISTRATIVO DE DEMISSÃO DO POLICIAL CIVIL

APELAÇÃO CÍVEL. POLICIAL CIVIL. AÇÃO DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO CUMULADA COM REINTEGRAÇÃO FUNCIONAL E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. ACÓRDÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO APELO INTERPOSTO PELO AUTOR. RECURSO ESPECIAL PROVIDO PELO STJ, PARA REANÁLISE DA APELAÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA, ANTE O JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. TESE ARREDADA. REQUERIMENTO GENÉRICO DE PROVA NA INICIAL E NAS RAZÕES DO RECURSO. AUSÊNCIA, ADEMAIS, DE DEMONSTRAÇÃO DA RELEVÂNCIA E PERTINÊNCIA. PREFACIAL AFASTADA. DIREITO À REINTEGRAÇÃO AO CARGO PÚBLICO. INSUBSISTÊNCIA. DEMISSÃO QUE APESAR DE TER SIDO INCORRETAMENTE AMPARADA EM CRIME, CUJA ABSOLVIÇÃO FOI OPERADA NO JUÍZO CRIMINAL, POR NEGATIVA DE AUTORIA E EM INQUÉRITO ANTERIOR AO INGRESSO NA INSTITUIÇÃO, TAMBÉM SE ENCONTRA FUNDAMENTADA NO FATO DO AUTOR TER SE ENCONTRADO, PRIVATIVAMENTE, COM FORAGIDOS DA CADEIA PÚBLICA, CIENTE DA SITUAÇÃO E COM ELEMENTOS ARMADOS, SEM POSSUÍREM O RESPECTIVO PORTE DE ARMA, OS QUAIS ENVOLVIDOS NA TENTATIVA DE HOMÍCIDIO, DA QUAL ACUSADO, SEM PROMOVER/VIABILIZAR A DEVIDA PRISÃO. FATOS SEQUER IMPUGNADOS NA DEMANDA. DOCUMENTAÇÃO AMEALHADA AOS AUTOS, QUE EVIDENCIA A OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA, NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. CONDUTAS, ADEMAIS, QUE SÃO PENALIZADAS COM DEMISSÃO, CONFORME A LEI DE REGÊNCIA (ESTATUTO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - LEI N. 6.843/1986). EXAME DE QUESTÕES ATINENTES AO MÉRITO DO ATO ADMINISTRATIVO, OUTROSSIM, QUE É VEDADO NA ESFERA JUDICIAL, INEXISTINDO “DISTANCIAMENTO ENTRE A DECISÃO E AS PROPOSIÇÕES LEGAIS”. DECISUM MANTIDO. DANOS MORAIS. PLEITO RECHAÇADO. PRISÃO CAUTELAR. AUSÊNCIA DE PROVA DE QUE A DECISÃO QUE A DECRETOU, ULTRAPASSOU OS LIMITES LEGAIS. ABSOLVIÇÃO POSTERIOR QUE NÃO SE AFIGURA SUFICIENTE, PARA CONFIGURAR A ILEGALIDADE. NOTÍCIAS JORNALÍSTICAS. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A CONDUTA DO ESTADO E A PUBLICAÇÃO, EFETUADA POR TERCEIROS, ESTRANHOS A LIDE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJSC, Apelação n. 0652950-20.2003.8.24.0023, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Bettina Maria Maresch de Moura, Terceira Câmara de Direito Público, j. 23-08-2022)

Leia mais

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ (TJPR)

ATRASO NA AVALIAÇÃO DO POLICIAL CIVIL POR CULPA DA ADMINISTRAÇÃO NÃO PODE OBSTAR PROGRESSÃO FUNCIONAL

RECURSO INOMINADO. DECISÃO MONOCRÁTICA. POLICIAL CIVIL. INVESTIGADOR DE POLÍCIA. PROMOÇÃO DE CLASSE. ESTABILIDADE RECONHECIDA TARDIAMENTE. ATRASO DESARRAZOADO NA REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO APÓS CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO. ERRO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EVIDENCIADO. ATO VINCULADO. DATA DA ESTABILIDADE RETIFICADA. PROMOÇÃO DEVIDA. SERVIDOR PREENCHEU OS REQUISITOS AUTORIZADORES PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Página 1 de 5 PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ QUARTA TURMA RECURSAL GABINETE DO JUIZ DE DIREITO RELATOR. (TJPR, Recurso Inominado n. 0010707-47.2020.8.16.0182, rel. Tiago Gagliano Pinto Alberto, 4ª Turma Recursal, j. 5-9-2022)

[Leia mais](#)



TEMPORARIEDADE DE SERVIÇO NÃO AFASTA DIREITO DO POLICIAL CIVIL À INDENIZAÇÃO POR REMOÇÃO

RECURSO INOMINADO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. DELEGADO DA POLÍCIA CIVIL. PLEITO DE RECEBIMENTO DE INDENIZAÇÃO POR REMOÇÃO PREVISTA NA LEI ESTADUAL Nº 17.170/2012. EFETIVA MUDANÇA DE DOMICÍLIO COMPROVADA. ACOLHIMENTO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. TEMPORARIEDADE DO SERVIÇO PRESTADO QUE NÃO AFASTA O DIREITO AO RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA OBTENÇÃO DO DIREITO PLEITEADO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJPR, 4ª Turma Recursal, Recurso Inominado n. 0001190-65.2018.8.16.0189, rel. Juiz Pamela Dalle Grave Flores Paganini, j. 6-9-2022)

[Leia mais](#)



BARATIERI
ADVOGADOS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL (TJRS)

DESPESA QUE MOTIVA AJUDA DE CUSTO EM PERÍODO DE DOENÇA É PRESUMIDA

RECURSO INOMINADO. SEGUNDA TURMA RECURSAL DA FAZENDA PÚBLICA. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. POLICIAL CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ARGUIÇÃO DE ABANDONO INSTITUCIONAL EM PERÍODO DE DOENÇA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. PARTE QUE DEIXOU DE COMUNICAR AS PATOLOGIAS E BUSCAR ATENDIMENTO. AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. AJUDA DE CUSTO. PRIMEIRA LOTAÇÃO. POSSIBILIDADE. QUESTÃO DISCIPLINADA PELA LEI ESTADUAL N. 7.366/80. LEGISLAÇÃO QUE NÃO ESTABELECE NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DAS DESPESAS, AS QUAIS SÃO PRESUMIDAS, EM RAZÃO DA ALTERAÇÃO DE DOMICÍLIO. PAGAMENTO QUE DEVERIA SER PRÉVIO. SENTENÇA REFORMADA, NO PONTO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJRS, Recurso Cível n. 71010002210, r. Quelen Van Caneghan, Segunda Turma Recursal da Fazenda Pública, j. 24-08-2022)

[Leia mais](#)

É INVÁLIDA A EXCLUSÃO DE CANDIDATO NA FASE DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL POR SENTENÇA NÃO TRANSITADA EM JULGADO

RECURSO INOMINADO. SEGUNDA TURMA RECURSAL DA FAZENDA PÚBLICA. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. CONCURSO PÚBLICO. EDITAL 01/2017 PARA O QUADRO DE PRAÇA DE POLÍCIA OSTENSIVA. REPROVAÇÃO EM SINDICÂNCIA DE VIDA PREGRESSA. REGISTRO DE OCORRÊNCIA POLICIAL ANTERIOR. AUSÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA TRANSITADA EM JULGADO. VIOLAÇÃO À PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. TEMA 22 DO STF. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA CONFIRMADA. RECURSO DESPROVIDO. (TJRS, Recurso Cível n. 71010177772, r. Quelen Van Caneghan, Segunda Turma Recursal da Fazenda Pública, j. 24-08-2022)

[Leia mais](#)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)

IMUNIDADE DO PROFISSIONAL DE ADVOCACIA NÃO ALCANÇA EXCESSO NA IMPETRAÇÃO DE HABEAS CORPUS QUE OFENDA DIREITO À PERSONALIDADE DE POLICIAL CIVIL

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. OFENSA À HONRA E DIGNIDADE DE DELEGADO DE POLÍCIA. EXPRESSÕES UTILIZADAS POR ADVOGADO EM SEDE DE HABEAS CORPUS IMPETRADO EM FAVOR DE CLIENTE APREENDIDO PELO AGENTE PÚBLICO. IMUNIDADE PROFISSIONAL. DIREITO RELATIVO. EXCESSO VERIFICADO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PRETENSÃO DE MINORAÇÃO DOS DANOS MORAIS, ALEGADA EXISTÊNCIA DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO ACÓRDÃO RECORRIDO E SUPOSTA AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. INOVAÇÃO RECURSAL. VEDAÇÃO. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no REsp n. 1.861.894/SP, r. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, j. 13-6-2022)

[Leia mais](#)

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

O EXERCÍCIO DO DIREITO DE GREVE É VEDADO AOS SERVIDORES DA SEGURANÇA PÚBLICA

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. PRETENSÃO DE AFASTAMENTO PARA EXERCER CARGO DE DIRIGENTE DE ENTIDADE DE CLASSE. IMPOSSIBILIDADE DE SINDICALIZAÇÃO E GREVE. ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO, COM APLICAÇÃO DE MULTA DE 1% SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA, SE UNÂNIME A VOTAÇÃO. (STF, ARE n. 1379234 AgR-segundo, r. Cármen Lúcia, Primeira Turma, j. em 29/08/2022)

[Leia mais](#)



BARATIERI

ADVOGADOS

NOEL ANTÔNIO BARATIERI

OAB/SC 16.462

MAICON JOSÉ ANTUNES

OAB/SC 39.011

LUIZ FÁBIO TAVARES DE JESUS

OAB/SC 41.029

JUSTINIANO PEDROSO

OAB/SC 4.545

NATÁLIA CASAGRANDE DA SILVA

OAB/SC 61.131

FERNANDO MINCATO DANIEL

OAB/SC 57.842

CLAUDIO JUNIOR DA ROSA PERSICH

OAB/SC 14.329

LUCAS RODRIGUES ALVES

OAB/SC 65.348

BRUNA KELLY DOS SANTOS

ACADÊMICA DE DIREITO

BEATRIZ BENTO AMÂNDIO

ACADÊMICA DE DIREITO